

Jornal Notícias 08-12-2016	Periodicidade: Diário	Temática: Justiça
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 750 cm ²
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 110603	Página (s): 1/20



Lisboa Suspeita de favorecimentos na Santa Casa da Misericórdia
Página 20

Lisboa Adjudicações diretas eram preferidas a concursos públicos.

Funcionários e órgãos da instituição beneficiavam do negócio suspeito

PI investiga na Santa Casa crime em compras

Carlos Varela*
carlos.varela@jn.pt

► A suspeita de que haja favorecimento de determinadas empresas no fornecimento de bens e serviços na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa levou ontem a Polícia Judiciária a fazer buscas naquela instituição. Uma administradora da Santa Casa, Helena Lopes da Costa, terá sido um dos alvos das buscas, embora não pareça haver suspeitas sobre esta responsável.

Não há detidos nem arguidos, mas a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa diz claramente que "em causa estão factos suscetíveis de integrar a prática de crime de participação económica em negócio". Segundo o Ministério Público, há ainda suspeitas de que elementos da Santa Casa teriam interesse direto na atribuição de encomendas a determinadas empresas, ganhando com esta preferência.

Também há suspeitas de que tenha sido falseado o procedimento concursal. Haveria situações que exigiriam o concurso público, mas

pormenores:

Compras como no Estado

● Em 2014, a Santa Casa publicou o "Relatório de Sustentabilidade", de acesso livre no site da instituição, da responsabilidade de Pedro Santana Lopes. O documento contém uma área, na página 49, onde se chama a atenção para que os termos dos concursos sejam respeitados: "As regras das compras na Santa Casa são as mesmas da Administração Pública e estão assentes nos princípios da igualdade, da concorrência, da imparcialidade, da proporcionalidade, da transparência, da publicidade e da boa-fé".

Boas práticas

● Na mesma altura, foi publicado, para distribuição interna, um manual de boas práticas e era destacado que as compras de bens e serviços na Santa Casa estavam a ser publicadas no portal BaseGov "permitindo a qualquer cidadão aceder à listagem dos contratos".

que depois era substituído pela adjudicação direta.

Ouvido pela Comunicação Social, o provedor da Santa Casa da Misericórdia, Pedro Santana Lopes, declarou desconhecer o conteúdo da investigação, mas acredita que em causa estarão procedimentos concursais, entre 2012 e 2014, "em que concorriam empresas com nomes diferentes, mas em que os empresários eram sempre os mesmos".

O provedor da Santa Casa garantiu que os procedimentos concursais, por sua determinação, foram alterados para travar este tipo de situações, recorrendo ao "pedido de certidões a cada uma das empresas antes de serem iniciados os concursos", para perceber quem é quem e para "não voltar a suceder mais".

Mas a verdade é que, ontem, a Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ realizou nove buscas no âmbito das suspeitas que envolvem a Santa Casa da Misericórdia. Uma das buscas teve por alvo um escritório de advogados.

As buscas só terminaram ao



Santana Lopes diz que houve situações suspeitas entre 2012 e 2014

princípio da noite, com a PJ a recolher muita prova associada aos factos, mas as diligências estarão na fase inicial, sem a constituição de arguidos.

Por detrás desta investigação poderá estar também uma auditoria à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa pedida pelo Ministério do

Trabalho, ainda no Governo anterior.

A medida foi executada pela Inspeção-Geral da Segurança Social, depois de os órgãos internos da Santa Casa terem detetado situações suspeitas. O relatório foi juntado aos autos do atual inquérito.

*COM NELSON MORAIS